



O Brasil no *Mercúrio Português* (1663-1667): Entre a esperança e o empolgação¹

João LOURIVAL²

Jorge Pedro SOUSA³

Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media e Jornalismo

RESUMO

Através de uma análise qualitativa do discurso, descrevem-se, aqui, os conteúdos respeitantes ao Brasil do *Mercúrio Português* (1663-1667), segundo periódico a ser publicado em Portugal. Concluiu-se que as notícias sobre o Brasil publicadas no *Mercúrio* dizem respeito quase exclusivamente ao comércio entre a metrópole e o Brasil Colónia e à construção naval. No entanto, intui-se que António de Sousa de Macedo, redactor do *Mercúrio*, olhou para o Brasil com esperança e empolgação. Esperança porque do Brasil afluíam os recursos de que Portugal necessitava para manter a guerra pela sua independência que travava com Castela; empolgação porque se percebia que o Brasil oferecia ao Reino enormes possibilidades de exploração e uma retaguarda estratégica particularmente útil numa guerra – o que, aliás, se tornou visível em 1808.

PALAVRAS-CHAVE

Mercúrio Português; Brasil; Portugal; análise do discurso.

INTRODUÇÃO

Em 1580, Portugal e Castela foram unidos sob um mesmo ceptro por Filipe II (Filipe I de Portugal). A independência portuguesa foi reconquistada a 1 de Dezembro de 1640, graças a um golpe de estado que fez proclamar D. João IV, duque de Bragança, como Rei de Portugal. A guerra com Castela que se seguiu duraria até 1668, tendo tido particular expressão durante o reinado de D. Afonso VI (1656-1682), sucessor de D. João IV. O conflito terminou já na regência de D. Pedro II (regente entre 1667 e 1682 e Rei de 1682 até 1706).

O processo da Restauração da Independência – não apenas militar, mas também político e diplomático – fomentou o aparecimento do jornalismo periódico em Portugal. A nova dinastia brigantina precisava de dispositivos que engrandecessem e legitimassem a sua causa perante as elites e o povo e perante os países estrangeiros, incluindo-se, aqui, os Estados Pontifícios, e um deles foi a *Gazeta* “da Restauração”, primeiro periódico

¹ Trabalho apresentado no GP de História do Jornalismo, DT1 – Jornalismo, XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/110038/2009 e FCOMP-01-0124-FEDER-0114347.

² Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa e doutorando em Ciências da Informação na mesma instituição. E-mail: joaolourival@hotmail.com

³ Professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e do Centro de Investigação Media e Jornalismo (Lisboa, Portugal), livre-docente (agregado), pós-doutor e doutor em Jornalismo. Email: jpsousa@ufp.edu.pt



português (HERCULANO, 1838, p. 101-102; TENGARRINHA, 1989, p. 38; CUNHA, 1941, p. 15-16; VERÍSSIMO SERRÃO, 1980, p. 170-172). Publicada entre 1641 e 1647, no dizer de Sousa *et al.* (2010, p. 335), a *Gazeta*, em várias notícias, fez efectivamente a propaganda da Restauração e da dinastia de Bragança (SOUSA *et al.*, 2010, p. 224), mas não é menos verdade que “cumpriu uma função noticiosa e também historiográfica”, “num tom algo laico e seco” (SOUSA *et al.*, 2010, p. 335. Aliás, conforme notam Sousa *et al.* (2010), os aspectos informativos da *Gazeta* sobrepõem-se aos seus eventuais propósitos propagandísticos, talvez porque em situações de instabilidade – como as situações de guerra – torna-se mais forte a necessidade de informações que permitam às pessoas melhor orientarem a sua vida, conforme propuseram Ball-Rokeach e DeFleur (1973), quando apresentaram o seu Modelo da Dependência da Comunicação Social.

Após o término da publicação da *Gazeta*, Portugal esteve dezasseis anos sem publicações periódicas, apesar de continuarem a surgir folhas volantes, ocasionais, muitas delas bélicas e panegíricas da Restauração da Independência do Reino⁴, que contribuíam para suprir as necessidades propagandísticas da Restauração e da Casa de Bragança. A situação só se inverteria com o surgimento d’*O Mercúrio Português*, em 1663, pela mão de António de Sousa de Macedo (1606-1682), estadista e diplomata afecto à causa da Restauração. O jornal duraria até 1667, cobrindo um período de intensa intriga palaciana⁵ e de intensificação do conflito independentista com Castela⁶,

⁴ Por exemplo: MACEDO, António de Sousa de, **Fala que fez o Dr. António de Sousa de Macedo, do Conselho da Fazenda de Sua Majestade, no Juramento de Rei do Muito Alto e Muito Poderoso D. Afonso VI Nosso Senhor em quarta-feira 15 de Novembro de 1656** (Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1656); **Relação da insigne vitória que o governador das armas D. Sancho Manuel alcançou dos castelhanos, em que foi morto D. Sancho de Monroy, seu governador das armas** (Lisboa: Oficina de António Alvarez, 1650); **Relação do sucesso que tiveram as armas portuguesas governadas por D. Sancho Manuel, conde de Vila Flor, e governador das armas do partido de Castelo Branco, na província da Beira, em 17 de Dezembro do ano passado de 1661** (Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck, 1662), etc.

⁵ Dona Luísa de Gusmão, Rainha de Portugal, ficou regente do Reino após a morte do seu marido, o Rei D. João IV. O promissor príncipe-herdeiro, D. Teodósio, tinha morrido com apenas 19 anos, em 1653, pelo que o seu irmão D. Afonso, futuro Rei D. Afonso VI, ascendeu ao Trono sem a devida preparação e havendo, inclusivamente, dúvidas sobre as suas capacidades mentais. Em 1662, um golpe palaciano orquestrado pelo principal aio do Rei, o conde de Castelo Melhor, afastou a Rainha-Mãe, Dona Luísa de Gusmão, da regência. O reinado de D. Afonso VI, sob a orientação do conde de Castelo Melhor, viu consolidar-se a Independência do Reino, mercê das vitórias militares e dos triunfos políticos e diplomáticos. Mas a notória incapacidade do Rei, o seu comportamento desbragado e violento e a sua alegada impotência – que levou, inclusivamente, à anulação, em 1668, do casamento com Dona Maria Francisca de Sabóia, celebrado em 1666 – acabou por dar argumentos ao partido do Infante D. Pedro, que assumiu a regência no final de 1667. D. Pedro casaria com a ex-cunhada, Dona Maria Francisca de Sabóia, em 1668, e tornou-se Rei (D. Pedro II) após a morte de D. Afonso VI, mantido em isolamento desde 1668 até ao seu falecimento, em 1683. O conde de Castelo Melhor, que D. Pedro II responsabilizava moralmente pela morte da Rainha-Mãe, Dona Luísa de Gusmão, em 1666, foi afastado do governo do país e exilado após a ascensão de D. Pedro à regência. Só pode regressar a Portugal em 1685, já depois da morte da Rainha Dona Maria Francisca de Sabóia (que sobreviveu apenas três meses ao seu primeiro marido – ou noivo, caso o casamento não tenha sido consumado, D. Afonso VI).

⁶ Duas das mais importantes – senão as mais importantes – batalhas da Guerra da Restauração ocorreram em 1663 (Ameixial) e em 1665 (Montes Claros).



que, não obstante, terminaria logo no início de 1668, já durante a regência do Infante D. Pedro, futuro D. Pedro II, com a assinatura do tratado de paz, em Madrid, a 5 de Janeiro de 1668, ratificado, em Lisboa, a 13 de Fevereiro. Com o *Mercúrio Português*, relançou-se o *periodismo* em Portugal

O presente trabalho tem por objectivo tentar perceber qual a imagem que do Brasil era oferecida pelo periódico. Em concreto, procurou responder-se às seguintes perguntas de investigação:

- 1) Quais os pretextos para o Brasil Colónia ser referido no *Mercúrio Português*?
- 2) Qual a moldura simbólica construída discursivamente para o Brasil Colónia setiscentista pelo *Mercúrio Português*? Isto é, qual é a imagem do Brasil Colónia sugerida pelo *Mercúrio Português* aos seus leitores?

Para se responder às perguntas de investigação, inventariaram-se as referências ao Brasil Colónia no *Mercúrio Português* e transcreveram-se, na íntegra ou parcialmente (consoante os temas abordados), as matérias em que essas referências surgem, seguindo os procedimentos de análise qualitativa do discurso propostos por Sousa (2006, p. 343-376). Procurou-se, seguidamente, e dentro da proposta metodológica de Sousa (2006, p. 343-376), inferir quais os enquadramentos simbólicos discursivamente sugeridos pelo *Mercúrio Português* quando o tema era o Brasil Colónia e, a partir daí, deduzir quais as intenções do respectivo enunciador – António de Sousa de Macedo (até ao final de 1666) e autor anónimo (em 1667).

1. O *Mercúrio Português* e António de Sousa de Macedo

O *Mercúrio Português* foi publicado por António de Sousa de Macedo entre Janeiro de 1663 e Dezembro de 1666. Nesse período, saíram, com rigorosa periodicidade mensal (algo que a *Gazeta* de 1641-1647 não tinha conseguido manter), 48 números e dois suplementos (Junho de 1664 e Junho de 1665). Em 1667, foram publicados sete números, entre Janeiro e Julho, mas estes já não terão sido redigidos por Sousa de Macedo (CUNHA, 1941, p. 58; TENGARRINHA, 1989, p. 41.), entretanto afastado da Corte, no final de 1666, por incompatibilidade com a Rainha D. Maria Francisca de Sabóia⁷, casada com D. Afonso VI desde Agosto deste ano, permanecendo no anonimato o redactor, ou redactores.

⁷ A incompatibilidade tem raízes profundas no facto de Sousa de Macedo ser partidário do Rei D. Afonso VI contra o Infante D. Pedro e D. Maria Francisca de Sabóia, aparentemente já então apaixonados. D. Maria Francisca, que por essa razão não gostava de António de Sousa de Macedo, ter-se-á, um dia, queixado dos portugueses, por causa de um



O jornal tinha formato de “quarto” ou *in-quarto*, sensivelmente o actual formato A5. As páginas impressas variaram entre as oito e as 32. Foi taxado, consoante o número de páginas, entre cinco e dez réis⁸. Com o desaparecimento do *Mercúrio Português*, Portugal ficou sem publicações periódicas consistentes até ao surgimento do jornal oficioso *Gazeta de Lisboa*, em 1715.

O *Mercúrio Português* foi um empreendimento de António de Sousa de Macedo, jurista e doutor em Direito. Convertido à vida diplomática após a Restauração da Independência, com a qual alinhou desde a primeira hora, exerceu as funções de embaixador de Portugal em Londres e nas Províncias Unidas (Holanda). Foi ainda secretário das Mercês (1662) e secretário de Estado de D. Afonso VI (1663). O seu alinhamento com o partido de D. Afonso VI e do conde de Castelo Melhor e a sua incompatibilização com Dona Maria Francisca de Sabóia⁹, Rainha de Portugal, teriam sido, aliás, as causas directas da suspensão da publicação do periódico (MATTOS, 1944, p. 373). O fim da guerra pela independência de Portugal também esfumou um dos pretextos da publicação do *Mercúrio*, pois este, no seu primeiro número, propunha-se, no próprio título, oferecer “as novas da guerra entre Portugal e Castela”.

O jornal e o seu autor fizeram, efectivamente, vários inimigos. O próprio padre António Vieira taxava o *Mercúrio Português*, segundo Alexandre Herculano (1838, p. 102), de “pouco verídico (...), impolítico e (...) mal escrito”. Em todo o caso, António de Sousa de Macedo foi, para Alberto Pena Rodríguez (1994, p. 332), “o primeiro jornalista português”. Tengarrinha (1989, p. 41) afirma, igualmente, em seu favor, que “Embora, cronologicamente, não tivesse sido Sousa Macedo o primeiro jornalista português, foi na verdade ele o primeiro quem, pela versatilidade da sua cultura e pelo seu estilo directo e conciso, apresentou uma verdadeira constituição de jornalista”.

serviço mal executado por um dos seus criados. António de Sousa de Macedo ter-lhe-á retorquido que a Rainha não teria razão para se queixar dos portugueses, que lhe teriam respeito e veneração. Mas a réplica de Sousa de Macedo não caiu bem na Rainha, que ademais alimentava forte animosidade pessoal contra o secretário de Estado e redactor do *Mercúrio*. Exigiu, assim, ao marido, D. Afonso VI, a demissão de Macedo. D. Afonso VI acabou por ceder, até porque a Rainha deixou de comparecer em eventos públicos ao lado do Rei. Contudo, passado algum tempo, Macedo voltou a exercer o seu cargo de secretário de Estado, o que aumentou a ira da Rainha e levou o Infante D. Pedro a uma alteração com D. Afonso VI, acabando o conflito com a saída, em definitivo, de Macedo da Corte, no final de 1666. É o que conta o Conde da Ericeira, Luís de Menezes (1751), contemporâneo desses eventos, na sua *História do Portugal Restaurado*. Por isso se depreende que Macedo não terá redigido os números de 1667 do *Mercúrio Português*, embora não exista prova de que ele não tenha interferido na redacção do jornal.

⁸ Para Tengarrinha (1989, p. 41), a taxa corresponde ao preço do jornal “em banca”, mas pode ser apenas o valor do imposto pago por cada número.

⁹ Por causa deste conflito, António de Sousa de Macedo acabaria por ser desterrado da Corte, no final de 1666, tendo-se retirado da vida pública até à sua morte, que sobreveio em 1682. Por isso se depreende que não terá redigido os últimos sete números do *Mercúrio Português*, embora na realidade nada mais o prove.



Em termos normativos, o *Mercúrio Português* obedecia aos princípios legais do duplo licenciamento, civil e eclesiástico, conforme estabelecidas nas Ordenações Filipinas do Reino (Livro V, título 102) e na Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627, cujas disposições continuaram em vigor após a Restauração da Independência¹⁰. Essa legislação foi, inclusivamente, reforçada por um decreto de 14 de Agosto de 1663 – talvez ocasionado pelo próprio *Mercúrio*, já então em publicação, ainda que redigido por um membro do Governo – que estipulava que “não se dê licença sem consulta a obras em que se envolvam as coisas do Estado ou reputação pública”. Era a forma encontrada pelo Poder Régio e pelo poder clerical para controlarem a formação de correntes de opinião. Por isso, o *Mercúrio Português*, além de ser taxado, ostentava a referência “Com todas as licenças necessárias” ou “Com todas as licenças”, sinal de que tinha passado pela dupla censura.

2. O discurso sobre o Brasil no *Mercúrio Português*

Foram contabilizadas no *Mercúrio Português* apenas dezassete notícias com referências ao Brasil. Por um lado, as comunicações entre a metrópole e a colónia eram difíceis. As notícias circulavam ao ritmo das frotas, que, conforme se lê na maioria das matérias, partiam de Portugal em Março (chegando, presumivelmente, ao Brasil, em Junho) e regressavam em Novembro (o que implica partirem do Brasil entre Agosto e Setembro). Os meses eram escolhidos, certamente, de molde a aproveitarem-se correntes oceânicas, ventos e condições meteorológicas favoráveis. No inverno europeu, a navegação tornar-se-ia perigosa. As matérias do *Mercúrio Português* sobre as frotas do Brasil também mostram que a navegação de e para a Índia e de e para Angola usava o Brasil como ponto de apoio.

A primeira notícia detectada no *Mercúrio Português* com uma referência ao Brasil relata a chegada de uma frota mercantil. O tom de António de Sousa de Macedo é de profundo regozijo pela notícia, que coincidia, aliás, com outra boa-nova para a causa da Restauração da Independência – a da reconquista da cidade de Évora, na sequência da batalha do Ameixial, ganha pelos portugueses contra os castelhanos. Por isso, o redactor fala, empolgado, da “felicidade que se duplicou” e adorna o texto relativo à chegada da frota com adjectivos que realçam a beleza pictórica do espaço da acção – os navios

¹⁰ D. João IV, logo a seguir à sua aclamação como Rei de Portugal, e novamente em 1643, confirmou a vigência das Ordenações Filipinas (baseadas nas Ordenações Manuelinas), em tudo em que não fossem contraditórias com as suas próprias leis. As Ordenações Filipinas foram a base legal do Governo do Reino de Portugal até à promulgação do primeiro Código Civil, em 1867.



chegavam com “*inchadas* velas”, sulcando o “*famoso* Tejo”, “na maior serenidade de tempo”.

Segunda-feira, 25 deste [mês de Junho de 1663], ao meio-dia, chegou a Lisboa o aviso da restauração de Évora, cuja felicidade se duplicou com a da frota do Brasil, que na mesma hora vinha entrando entre a maior alegria, oferecendo-se à vista quarenta e tantos navios mercantis (além dos de guerra) que todos juntos com *inchadas* velas e vários galhardetes, na maior serenidade de tempo, formando um bizarro esquadrão, subiam o famoso Tejo, soando nos ouvidos sua artilharia e a correspondência de seus clarins, e deixando-se considerar a riqueza daqueles, e de outros trinta e tantos baixéis que já ficavam em diferentes portos do Reino e de suas ilhas (por ordem especial que aqueles portos devem a El-Rei Nosso Senhor, depois de entrar no governo), carregados de açúcar, tabaco, couros, pau-brasil e de outras mercadorias, que tudo se avalia em sete ou oito milhões de cruzados. Seja Deus muito louvado que parece que à porfia concorreram Terra e Mar à felicidade daquele dia. (*Mercúrio Português*, Junho de 1663)

O leitor é convidado, nessa matéria, a escutar os clarins e as salvas de artilharia com que se saudava a chegada da frota. Mas a alegria do redactor – reflexo, hipoteticamente, da própria alegria que se manifestava em Lisboa, certamente iluminada pelo sol de Verão – tem ainda razões adicionais. A frota prometia “riqueza”. Os navios chegavam carregados de “açúcar, tabaco, couros, pau-brasil e de outras mercadorias”, num valor que poderia chegar a “sete ou oito milhões de cruzados”. Eram, certamente, recursos valiosos para manter o conflito independentista com Castela.

O louvor a Deus no final da matéria comprova o fervor religioso de um redactor que pertencia a um povo cuja matriz cultural era profundamente católica. É também uma exaltação final do seu agrado pela notícia. Todavia, documenta, igualmente, que entre a *Gazeta* “da Restauração”, cuja publicação tinha cessado dezasseis anos antes, e o *Mercúrio Português* parece haver uma espécie de retrocesso na configuração do discurso jornalístico. De facto, conforme demonstram Sousa *et al.* (2010), o discurso da *Gazeta* é essencialmente laico, enquanto o do *Mercúrio* é temperado por expressões de devoção religiosa, que ecoam a ideia “Deus está connosco”.

Quanto à estrutura da peça em causa, deve atentar-se na precisão da datação. A notícia é do dia 25 de Junho de 1663, ao meio-dia. O texto oscila entre a narração e a descrição. O primeiro parágrafo – que se pode considerar um *lead* – reporta-se, no entanto, a dois acontecimentos distintos: a reconquista de Évora e a chegada da frota do Brasil, o que dá um tom arcaico à matéria. As expressões entre parênteses, por seu turno, dificultam a progressão na leitura. A prosa é algo “barroca”, devido aos adjectivos que tentam emprestar maior expressividade plástica ao texto. Há dados que necessitariam de ser



mais apurados, como o número exacto de navios da frota. No entanto, o essencial da informação está presente na matéria: a frota do Brasil, composta de mais de 40 navios, entrou no porto de Lisboa a 25 de Junho de 1663, ao meio-dia, trazendo mercadorias (açúcar, tabaco, couros, pau-brasil) cujo valor ascendia a cerca de oito milhões de cruzados. Isto mostra que o jornalismo ainda procurava, no século XVII, construir os seus padrões expressivos, apesar de se perceberem quais os elementos centrais que deveriam figurar numa notícia. Responder às perguntas tradicionais do enunciado noticioso (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê?) não é, aliás, uma invenção contemporânea, mas sim uma invenção da retórica clássica, muito bem recuperada pelo jornalismo, algo a que, inclusivamente, Tobias Peucer (1690) se referiu na sua pioneira tese doutoral em jornalismo.

No *Mercúrio Português*, o Brasil volta a ser referenciado em Novembro de 1643, a propósito da chegada a Lisboa de cinco navios do Brasil, com açúcar, pau-brasil, tabaco e outras mercadorias, dia 14 desse mês. O texto refere que com as naus regressou a Lisboa o governador Francisco Barreto (de Meneses), apelidado de Restaurador de Pernambuco, por ter sido o líder das tropas portuguesas que, vencendo os holandeses nas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649, contribuiu para a expulsão destes do Nordeste brasileiro (em 1654), restaurando o domínio português no território. Barreto foi governador da Capitania de Pernambuco (1654-1657) e, depois, governador-geral do Brasil (1657-1663).

Em 14 [de Novembro de 1663], aportou em Lisboa o governador do Brasil, Francisco Barreto, restaurador de Pernambuco, deixando o governo ao vice-rei, conde de Óbidos. Veio com cinco naus, carregadas de açúcar, tabaco, pau e outras fazendas do Brasil. (*Mercúrio Português*, Novembro de 1663)

As frotas mercantis do Brasil eram muito valorizadas em Portugal, não apenas por causa dos perigos das viagens transatlânticas mas também por causa das riquezas que com elas afluíam ao Reino. É por isso que no final de 1663, no balanço do ano, António de Sousa de Macedo não hesita em inscrever a chegada de uma frota do Brasil e de mais cinco naus entre os factores que tinham providenciado a felicidade do Reino.

Chamo a este ano feliz porque (...) nele (...) recolhemos uma riquíssima frota e depois cinco navios juntos do Brasil (...). (*Mercúrio Português*, Dezembro de 1663)

Grande parte das notícias que se referem ao Brasil no *Mercúrio Português* dizem efectivamente respeito ao difícil comércio transatlântico entre a metrópole e a sua



colônia, sustentado pelas frotas que cruzavam o oceano e faziam afluir a Portugal os produtos da exploração colonial – açúcar, pau-brasil, coiros e tabaco (o ouro só viria depois). Por isso, no número de Novembro de 1664, surge na primeira página, a seguinte “manchete”: “Chegada da frota do Brasil”. No interior do jornal, lê-se:

Entretanto, nos dois dias de 19 e 20 [de Novembro de 1664] chegou a este porto a frota do Brasil, com o seu general Jorge Furtado de Mendonça. Trouxe trinta mil caixas de açúcar, mais de doze mil quintais de pau-brasil, do tabaco e courama não se sabe ainda a quantidade, que é muita, além de outras fazendas, e veio com ela outro navio de guerra, que se despediu de Lisboa, depois de saído o conde de Atouguia com sete, e este a encontrou, a maior parte dividida em duas esquadras, e vieram outros navios soltos, por causa de uma grandíssima tormenta de nordeste em que a sessenta ou setenta léguas da costa a separou, havendo navegado de Pernambuco até ali com bonança. Veio em sua companhia a nau *Nossa Senhora de Casabé*, de Bombaim, capitão Francisco Rangel, que vinda da Índia tomou no Brasil o porto da Bahia. Veio mais repartida pelos navios de guerra a fazenda que à mesma Bahia chegou de Moçambique, da nau de *D. Fernando Manuel*, que vindo da Índia há anos, tinha ficado no dito porto de Moçambique, e veio também a fazenda de outra naveta, em que da Índia chegou ao Brasil o capitão-mor Luís de Mendonça Furtado, que ultimamente foi um dos governadores da Índia, por sucessão. Com o que esta praça mercantil e todo o Reino estão com a alegria que se pode considerar. (*Mercúrio Português*, Novembro de 1664)

A notícia anterior, precisamente datada – algo que se inscrevia já na cultura “jornalística” de então – refere-se a um dos principais perigos das viagens marítimas – as tempestades. Tem ainda o interesse de anunciar a chegada de Luís de Mendonça Furtado (e Albuquerque), via Brasil, um dos administradores da Índia Portuguesa (haveria de ser Vice-Rei da Índia entre 1671 e 1677), e de documentar a importância que o Brasil tinha para a navegação intercontinental portuguesa no século XVII. De facto, o Brasil funcionava como uma espécie de “placa giratória” de apoio dos navios que se dirigiam a Angola e à Índia e destes lugares para Portugal.

A peça seguinte refere-se a outro dos perigos das viagens transatlânticas – a pirataria:

Na nossa fragata (...) entrou o capitão Nicolau de Plessis no porto de Lisboa, aos 14 deste mês [de Março de 1665]. Havia cursado os mares de Cádiz, Gibraltar e Málaga (...) e na volta encontrou cinco navios hamburgueses (...). Deu-lhes caça (...). Ficou atrás um navio português que levavam consigo desmastreado, que por uma tormenta o haver posto naquele estado o haviam tomado piratas, sendo ele da frota que nos chegou do Brasil. Este tomou, mas já sem carga. Com ele (...) entrou neste rio de Lisboa. (*Mercúrio Português*, Março de 1665)

Em Março de 1665, alude-se, no *Mercúrio Português*, à partida de uma frota para o Brasil, comandada pela nau-capitânia da Companhia (monopolista) do Comércio com o Brasil, criada em 1649, no âmbito da política mercantilista de D. João IV, e



nacionalizada em 1662 (estaria na origem, mais tarde, da Junta de Comércio). Aliás, essa Junta teve tal importância que no número de Outubro de 1666 do *Mercúrio Português* se refere que o presidente da Junta do Comércio do Brasil se encontrava entre os convidados do casamento real de D. Afonso VI com Dona Maria Francisca de Sabóia¹¹. Anuncia-se, igualmente, com clareza e concisão, a próxima partida de um navio de guerra para as Terras de Vera Cruz. Mas o mais interessante é que a matéria em causa avisa da futura chegada a Portugal do galeão *Padre Eterno*, “o mais famoso baxel de guerra que os mares jamais viram”, construído, no Rio de Janeiro, por ordem do governador da capitania, Salvador Correia de Sá e Benevides.

Aos 30 deste mês [de Março de 1665] partiu de Lisboa a Capitânia da Companhia do Comércio com vinte e tantos navios mercantes para o Brasil e um dia destes partirá outro de guerra. E do Brasil virá também o galeão chamado *Padre Eterno* que se fez no Rio de Janeiro e é o mais famoso baxel de guerra que os mares jamais viram e comboiarão em frota os navios que houver naquele Estado com o favor de Deus. (*Mercúrio Português*, Março de 1665)

Assim, a notícia anterior documenta que no Brasil havia construção naval no século XVII, o que implica que aí existiam recursos humanos com suficiente *know-how* para construírem, inclusivamente, embarcações de grande porte, a partir dos recursos materiais amplamente providenciados pela generosa natureza. Em consequência, o Brasil não podia ser apenas considerado espaço de exploração comercial, pois poderia colaborar no esforço da Restauração de Portugal através da indústria de construção naval, providenciando ao país uma retaguarda de enorme importância estratégica na geopolítica mundial.

Diga-se por curiosidade que o galeão *Padre Eterno*, referido na matéria anterior, foi construído, no Rio de Janeiro, por ordem do governador da capitania, Salvador Correia de Sá e Benevides, na ponta sul da Ilha do Governador, num lugar que, por este motivo, ficou posteriormente conhecido por Praia do Galeão ou Ponta do Galeão. Hoje em dia, a maioria das pessoas que chega ou parte do Rio de Janeiro pelo aeroporto “do Galeão”, posteriormente redenominado António Carlos Jobim, possivelmente não imagina que está no mesmo lugar onde há cerca de 350 anos o *Padre Eterno* foi construído.

¹¹ Este casamento seria dissolvido, conforme se referiu, por alegada não consumação, devido à impotência do Rei, D. Afonso VI. A Rainha Dona Maria Francisca de Saboia casou, posteriormente, com o irmão do Rei, o futuro D. Pedro II, no quadro do golpe que elevou este à regência e, depois da morte do irmão, em 1683, ao Trono.



Em Outubro de 1665, o *Mercúrio Português* anunciava, entusiasticamente, a chegada do *Padre Eterno* a Lisboa:

Em 20 deste [mês de Outubro de 1665] começou a entrar no porto de Lisboa a frota do Brasil. Trouxe quarenta navios de carga. Vieram em sua companhia duas boas navetas da Índia Oriental e, repartida por alguns navios, a fazenda da nau da Índia *Nossa Senhora do Populo*, cujo casco ficou consertando na Bahia. Veio nesta frota aquele famoso galeão que Salvador Correia de Sá e Benevides, sendo governador do Rio de Janeiro, fabricou naquele porto, o maior navio que há hoje, nem se sabe que houvesse nos mares. Trouxe três mil caixas e mais de quinhentos fechos de açúcar, além de outras muitas fazendas, só como lastro, vindo desocupado como vazio, e competindo à vela com a mais ligeira fragata. (*Mercúrio Português*, Outubro de 1665)

As restantes matérias do *Mercúrio Português* com referências ao Brasil reforçam as considerações anteriores. Elas tratam, clara, precisa e concisamente (apesar dos adjectivos que por vezes ornamentam a prosa e dão conta das emoções e do entusiasmo do redactor), da chegada e partida das frotas que marcavam o ritmo do comércio lisboeta e dos movimentos intercontinentais dos navios portugueses entre a Ásia e a Europa, passando pelo Brasil, onde a indústria da construção e reparação naval florescia devido ao papel da colónia de “placa giratória” do tráfego marítimo intercontinental português.

Aos 16 [de Abril de 1665] largaram âncora do rio de Lisboa para a Índia o galeão *São Pedro de Alcântara* (...) e a nau *Nossa Senhora dos Remédios de Cassabé*, que ultimamente tinha vindo da mesma Índia com a frota do Brasil (...). (*Mercúrio Português*, Abril de 1665)

Em 20 [de Junho de 1665] chegaram ao porto de Lisboa quatro formosos navios do Brasil, carregados de açúcar e outras mercadorias. (*Mercúrio Português*, Junho de 1665)

A partida das frotas era, inclusivamente, pela sua importância, mas também pela sua beleza e esplendor, um acontecimento que concentrava as atenções do próprio monarca:

A 15 deste mês [de Março de 1666] partiram do porto de Lisboa para o Brasil os navios de guerra da Companhia Geral do Comércio que (com alguns outros que já eram partidos havia meses) hão-de vir acompanhando a frota deste ano. No dia de antes havia El-Rei Nosso Senhor ido ao mar a vê-los. (*Mercúrio Português*, Março de 1666)

Reconhecendo a importância da construção naval brasileira e do Brasil como retaguarda estratégica de Portugal, a Coroa mandou, inclusivamente, edificar dois novos estaleiros navais na colónia, um deles no Rio de Janeiro:



No mês presente [de Novembro de 1665] tomou Sua Majestade motivo, e seus ministros, para logo ordenar (...) que no Estado do Brasil se instituíssem duas fábricas [de construção naval]. E para a que há-de ser no Rio de Janeiro estão já de partida os principais mestres com os materiais que de cá hão-de ir para com toda a brevidade fazerem outras duas fragatas. (*Mercúrio Português*, Novembro de 1665)

Apesar de tudo, as viagens eram perigosas e podiam terminar mal, não apenas por causa das tormentas, mas também por causa do corço e da pirataria. O curso, inclusivamente, era intensificado pelo facto de Portugal manter com Espanha uma guerra pela sua independência:

Os castelhanos (...) tomaram (...) um navio que ia buscar carga ao Brasil (...). (*Mercúrio Português*, Junho de 1666)

Daí que o tom laico da generalidade do *Mercúrio* seja, por vezes, contaminado pelas expressões de reconhecimento pelos alegados favores de Deus, a quem se deveria a chegada das frotas em boas condições. As exclamações que expressam a religiosidade e devoção do redactor do periódico cumprem, todavia, conforme já se sustentou, outra função – propagandisticamente, transmitem a ideia de que Deus estaria “do lado” dos portugueses. Aliás, o redactor não é isento, pois identifica a sua causa da Restauração da Independência com uma alegada causa comum dos portugueses (documentada pela expressão “as nossas coisas”), quando se sabe que vários lusos defendiam a Monarquia Dual e combatiam pelo Rei a quem tinham jurado fidelidade, D. Filipe III de Portugal¹², integrados no exército do monarca (que neste contexto não era apenas um exército castelhano, ao contrário do que o redactor quer fazer crer).

Em 7 deste [mês de Julho de 1666] entraram neste porto de Lisboa dois navios do Brasil carregados de açúcar, tabaco e outras fazendas. Duas horas antes que chegassem à vista da barra se tinha ido do mesmo lugar, para a parte do Algarve, a armada de Castela, no bem que se vê como Deus tem nossas coisas em sua guarda e com tantas demonstrações se não acabam de desenganar os castelhanos. (*Mercúrio Português*, Julho de 1666)

Chegaram as frotas todas do Brasil a salvamento. Deus seja louvado. (*Mercúrio Português*, Novembro de 1666)

A última notícia detectada no *Mercúrio Português* respeitante ao Brasil já não terá sido redigida por António de Sousa de Macedo, pois data de 1667, mas os cânones expressivos do *Mercúrio* mantêm-se.

¹² A morte do monarca sobreveio em 1685, o que permitiu a vários portugueses considerarem-se desvinculados do juramento de fidelidade ao Rei. D. Filipe III (IV de Espanha) foi sucedido, em Espanha, por D. Carlos II, o último Rei espanhol da Casa de Áustria.



A 26 [do mês de Abril de 1667] desamarrou a frota para o Brasil com sessenta velas, em cuja conserva partiu também para a Índia o galeão *São Bento*, que levava por capitão Jerónimo Carvalho (...). Governava toda esta armada Alexandre de Sousa Freire, do Conselho de Guerra de Sua Majestade, capitão-general que foi de Mazagão, que ia por governador do Estado do Brasil, a suceder ao conde de Óbidos, do Conselho de Estado de Sua Majestade, que tinha acabado o seu governo. Para governador de Pernambuco, a suceder a Jerónimo de Mendonça Furtado, partiu Bernardo de Miranda Henriques. Para o Maranhão, a suceder a Rui Vaz de Sequeira, foi António de Albuquerque (...). Com próspero vento, todos naquela maré desembocaram à foz do nosso Tejo, e com o favor de Deus já hoje poderão estar os mais seguros nos portos que demandavam. (*Mercúrio Português*, Abril de 1667)

A peça anterior tem também a particularidade de referenciar as mudanças de titular na governação do Brasil, como se fossem *oficializar os actos pela sua publicação e publicitação*, um princípio caro às democracias actuais. O jornalismo dava, verdadeiramente, passos largos para se tornar no mais importante mediador entre os governantes e os cidadãos.

Apreciando, no global, as várias notícias sobre o Brasil, pode inferir-se, finalmente, que todas elas ostentam uma certa neutralidade expressiva própria da informação. Prova-se, assim, que o propósito primeiro do redactor (ou redactores) do *Mercúrio Português* foi, certamente, *noticiar*, pelo menos naquilo que ao Brasil dizia respeito, ainda que, por vezes, tenha dado contornos propagandísticos à informação, através de expressões de alinhamento com a causa da Restauração, realçada como propósito colectivo português, e com a invocação do favor de Deus.

Considerações finais

Pode concluir-se que as notícias sobre o Brasil publicadas no *Mercúrio Português* dizem respeito quase exclusivamente ao comércio entre a metrópole e o Brasil e à construção naval na colónia. Isto é, não foram publicadas no *Mercúrio* notícias sobre o Brasil propriamente dito, se se exceptuar a referência à construção do galeão *Padre Eterno* no Rio de Janeiro. No entanto, intui-se que António de Sousa de Macedo, redactor do *Mercúrio*, em plena Guerra da Restauração da Independência do Reino, olhou para o Brasil com esperança e empolgação. Esperança porque das Terras de Vera Cruz afluíam os recursos de que Portugal necessitava para manter a guerra que travava com Castela; empolgação porque se percebia que o Brasil oferecia ao Reino enormes possibilidades de exploração e uma retaguarda estratégica particularmente útil em caso de conflito na Europa (aproveitada, por exemplo, em 1808, quando a Corte lisboeta se refugiou no Rio de Janeiro, aquando da primeira invasão francesa de Portugal). Daí também as expressões de louvor a Deus que saem – quase como marca



de oralidade – da pena do redactor do periódico. Embora algo arcaicas – mesmo quando comparadas com a *Gazeta “da Restauração”* – essas expressões, se têm um carácter propagandístico, ao reforçarem a ideia de que Deus estaria com a causa independentista portuguesa, também atestam, efectivamente, a profunda satisfação com que Macedo e os continuadores da sua obra jornalística contemplavam a quase miraculosa arribação a Lisboa das frotas provenientes do Brasil.

Por outro lado, pode concluir-se que se reconhece nos redactores do *Mercúrio Português* a vontade de prosseguirem a actividade informativa periódica com base nos cânones expressivos já alinhavados na *Gazeta “da Restauração”* (SOUSA *et al.*, 2010) e até nas *Relações* de Manuel Severim de Faria (SOUSA *et al.*, 2007), escritas no início do segundo quartel do século XVII. Esses cânones expressivos, cujas características principais são a clareza, a precisão e a concisão, são os mesmos que ainda hoje baseiam a redacção noticiosa.

Referências bibliográficas

BALL-ROKEACH, S. J. e DeFLEUR, M. L. A dependency model of mass communication effects. **Communication Research**, vol. 3, n.º 1, p. 3-21.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. O Brasil no *Mercúrio Português* de António de Sousa de Macedo, *in* DIAS, Eurico Gomes. **Olhares sobre o *Mercúrio Português* [1663-1667]**, volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010, p. XXIII-XXVII.

CUNHA, Alfredo da. **Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.

DIAS, Eurico Gomes. **Olhares sobre o *Mercúrio Português* [1663-1667]**. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro e FARIA, Maria da Graça Pericão de. **Índice do *Mercúrio Português***. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1975.

HERCULANO, Alexandre. Gazetas III – Origens das gazetas em Portugal, **O Panorama**, 1ª série, vol. II, n.º 48, 31 de Março de 1838, p. 101-102.

MATTOS, Gastão de Mello de, **O sentido da crise política de 1667**, Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História – Ciclo da Restauração de Portugal, vol. VIII. Lisboa: s/e, 1944.

MENEZES, Luís, Conde da Ericeira, **História do Portugal restaurado**, 4 vols. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues dos Antos, à conta de Luís de Moraes, mercador de livros, 1751.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto. Historia del periodismo português, *in* PIZARROSO QUINTERO, Alejandro, **Historia de la prensa**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1994, p. 331-352.



PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Comunicação e Sociedade**, n.º 33, p. 199-214, 2000. (Tradução de **De relationibus novellis**, Leipzig: Tese de Doutorado em Periodística – Universidade de Leipzig, 1690.)

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A imprensa periódica, *in* SERRÃO, Joaquim Veríssimo **História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)**, vol. V. Lisboa: verbo, 1980, p. 170-172.

SOUSA, Jorge Pedro *et al.* **As Relações de Manuel Severim de Faria e a Gênese do Jornalismo Lusófono**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro *et al.* **A Gazeta “da Restauração”, primeiro periódico português: Uma análise do discurso**. Volume I. Covilhã: Livros LabCom, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2ª edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.